

30 ABR 2019

# FOLHA DE LONDRINA

# Viapar e Caminhos do Paraná reduzem tarifas de pedágio por ordem da Justiça

Valores têm que ser baixados a partir desta terça em até 25,77%; Rodonorte reduz preço da tarifa em 30% após acordo de leniência com o MPF

Rafael Machado

Reportagem Local

A partir desta terça-feira (30), as concessionárias Viapar e Caminhos do Paraná, que administram trechos de rodovias federais no Estado, terão que reduzir o valor das tarifas cobradas dos usuários em 19,02% e 25,77%, respectivamente. As empresas foram notificadas pela Justiça Federal nessa segunda-feira (29) e confirmaram que irão cumprir a decisão do TRF4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região). Os pedidos de redução nos valores foram apresentados pela força-tarefa Lava Jato do Ministério Público Federal (MPF) em Curitiba no âmbito da Operação Integração.

“Por determinação judicial, a Viapar passou a adotar uma redução de 19,02% nas tarifas cobradas nas praças de pedágio da concessionária. Cabe recurso”, informou a concessionária, via assessoria de imprensa. Em nota, a assessoria da Caminhos do Parana disse que a intimação judicial ocorreu de forma eletrônica. “Embora respeitamos discordemos dos fundamentos da decisão e do fato dela ocorrer em sede liminar, iremos cumpri-la”.

A Viapar administra seis praças de pedágio no Anel de Integração, sendo que a mais próxima de Londrina está localizada em Arapongas (Região Metropolitana). A tarifa para veículos leves estava de R\$ 10,50 e passa para R\$ 8,50 em Arapongas e Marialva. Na praça Presidente Castelo Branco o valor fica em R\$ 11,50 e R\$ 12,80 em Floresta, Campo Mourão e Corbélia. Já a Caminhos do Paraná opera outras cinco praças: Irati, Imbituva, Prudentópolis, Porto Amazonas e Lapa, onde os valores foram reduzidos em 25,77%.

## HISTÓRICO

As decisões do TRF-4 foram proferidas há duas semanas. Além de determinar a redução nas tarifas, o TRF-4 também proibiu a celebração de novos aditivos que beneficiem as concessionárias, no intuito de bloquear novos ajustes que suprimam obrigações já pactuadas (dentre elas a realização de obras) ou a prorrogação de prazo dos contratos.

Os percentuais de redução correspondem ao somatório de degraus tarifários obtidos em aditivos recentes que,

conforme apurado pelo MPF, foram conquistados mediante pagamento de propina a agentes públicos.

Segundo as investigações, as irregularidades começaram em 1999, quando as concessionárias passaram a pagar propinas para manter “vantagens” do governo e dos agentes públicos na gestão das concessões.

## RODOVIA DO CAFÉ

No último sábado (27), começou a valer a redução de 30% nos pedágios da Rodonorte nas BRs 376 e 277 e na PR-151, conforme o acordo de leniência entre a Justiça Federal e a concessionária, que admitiu o pagamento de propinas.

Nas praças de Tibagi, Imbaú e Ortigueira, a tarifa para carros de passeio baixou para R\$ 8,10; em Witmarsum, R\$ 8,70. Na BR-277, em São Luiz do Purunã está custando R\$ 6,10. (Colaborou Guilherme Marconi)

**30 ABR 2019**

## **FOLHA DE LONDRINA**

### **AGENDE-SE**

#### **Justiça no Bairro**

**Londrina** - O Tribunal de Justiça e o Sistema Fecomércio Sesc Senac realizarão mais uma edição do programa Justiça no Bairro Sesc Cidadão no dia 10 de maio, no Sesc Londrina Norte (av. Saul Elkind, 1.555). O atendimento será das 9h às 17h. O objetivo é atender a população economicamente vulnerável, visando a orientação e conciliação por meio de audiências prévias e resolução imediata. Além de demandas judiciais nas áreas cível e de família (divórcio, guarda, reconhecimento de paternidade, entre outros), serão ofertados serviços municipais e a emissão de carteira de identidade. Interessados devem levar comprovante de renda e de endereço e documentação pessoal. Informações pelo telefone (43) 3572-7900

# FOLHA DE LONDRINA

**Denunciado no  
Decreto dos Portos,  
Temer vira réu  
pela quinta vez**

**30 ABR 2019**

São Paulo - A Justiça Federal de Brasília aceitou a denúncia que a força-tarefa Greenfield ratificou contra o ex-presidente Michel Temer (MDB) no caso do Decreto dos Portos. O emedebista havia sido acusado formalmente pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge, em dezembro, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no âmbito do inquérito dos Portos, que apura se houve favorecimento a empresas do setor portuário na edição de um decreto de 2017.

Temer agora é réu em cinco ações penais. O ex-presidente responde a processos perante a Justiça Federal em Brasília (2), em São Paulo (1) e no Rio (2).

A denúncia sobre o Decreto dos Portos foi a segunda acusação da Procuradoria-Geral da República ratificada pela Greenfield. No dia 10 de abril, o Ministério Público Federal, em Brasília, havia ratificado as acusações do ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot contra o ex-presidente.

A denúncia de Janot foi dividida em duas. Uma sobre crimes de organização criminosa - caso conhecido como Quadrilhão do MDB - e outra sobre embaraço à investigação - episódio em que o emedebista foi gravado pelo empresário Joesley Batista, no Palácio do Jaburu, e que ficou conhecido pela frase "tem que manter isso, viu?". O ex-presidente nega os atos ilícitos.

Além de Temer, também haviam sido denunciados no caso do Decreto dos Portos João Baptista Lima Filho, o coronel Lima, Carlos Alberto Costa, e o ex-deputado Rodrigo Rocha Loures.

30 ABR 2019

## FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

### Barroso irrita colegas falando mal do STF em NY

No retorno do exterior, o ministro Luís Roberto Barroso encontra clima pesado no Supremo Tribunal Federal (STF), em razão de declarações suas na Universidade de Columbia, em Nova York. As críticas ao Brasil e sua atitude de falar mal do STF no exterior irritou colegas. Um dos mais agastados, inclusive por suas críticas à Segunda Turma do STF, é o decano Celso de Mello, que não escondeu o inconformismo em conversa com outros colegas. Um deles, que segredou essa irritação, ponderou: "Que falar mal? Que tenha a altivez de fazê-lo no Brasil".



- A briga tá feia entre o STF e o Congresso!
- A disputa é pra saber quem é mais lento?

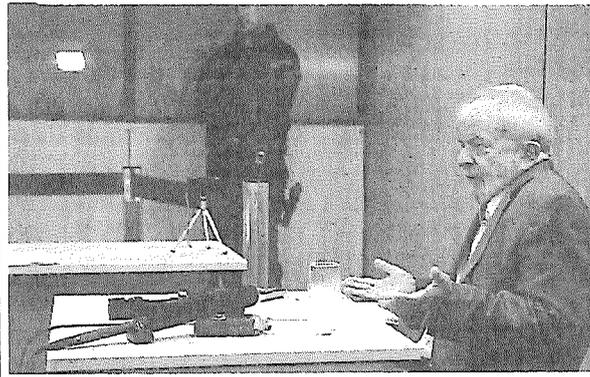
30 ABR 2019

FOLHA DE LONDRINA

# FOLHA Cidadania

## Lula pode sair da prisão

**Brasília - A Quinta Turma do STJ (Superior Tribunal de Justiça) decidiu por unanimidade manter a condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e reduzir sua pena de 12 anos e 1 mês de prisão para 8 anos, 10 meses e 20 dias de prisão. Votaram nesse sentido os ministros Felix Fischer, relator da Lava Jato no STJ, Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca e Marcelo Navarro Ribeiro Dantas.**



A decisão abre caminho para que Lula deixe o regime fechado ainda neste ano, embora isso não seja uma certeza. Por essa nova dosimetria, o petista atingiria o cumprimento de um sexto da pena no caso do triplex de Guarujá (SP) no fim de setembro, pouco antes de completar um ano e meio na cadeia.

Lula foi condenado por corrupção e lavagem de dinheiro no caso do triplex de Guarujá (SP). Ele está preso desde abril de 2018, depois de ter sido condenado pelo TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), a segunda instância da Justiça Federal.

A Quinta Turma do STJ julgou na última terça-feira (23) um agravo (um tipo de recurso interno) que questiona uma decisão monocrática (individual) de Fischer que negou provimento ao recurso especial levado à corte pela defesa de Lula. O recurso especial pretendia anular o processo do triplex de Guarujá (SP) nas instâncias inferiores.

Os ministros foram além do agravo e adentraram nos pedidos feitos pela defesa no recurso especial. Foi a primeira vez que um tribunal superior analisou o processo da Lava Jato que levou à condenação e à prisão de Lula. A defesa pode recorrer da decisão no próprio STJ, apresentando embargos de declaração, e ao STF (Supremo Tribunal Federal).

*Órgão da justiça responsável por padronizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil*

*Crime caracterizado por dar uma destinação legal a dinheiro recebido de forma ilícita*

# FIM DA MAMATA

Katia Brembatti  
Gazeta do Povo

**A**lém do privilégio de ter direito a 60 dias de férias remuneradas por ano, muitos magistrados ainda aproveitavam uma brecha para expandir ainda mais o tempo sem trabalhar. Essa e outras artimanhas que custam caro e prejudicam a produtividade do serviço público acabam de ser coibidas. O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) aprovou uma resolução que estabelece uma série de regras relacionadas às férias, como a criação de uma escala, a proibição do fatiamento e a redução dos valores pagos a título de adicional.

A medida foi motivada por cobranças do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em correição feita no ano passado, foi apontada que a gestão do TJ-PR estava desperdiçando dinheiro público por falta de organização. Só com a “compra de férias” dos mil magistrados da Justiça estadual foram gastos R\$ 118 milhões nos últimos dois anos.

A legislação manda que as férias não gozadas devem ser indenizadas. Contudo, muitas vezes essa “venda” do direito acontecia por conveniência do juiz ou do desembargador, que preferia o dinheiro, ou por falta de uma escala que distribuisse a força de trabalho ao longo do ano, de forma a garantir que houvesse magistrados disponíveis para prestar o serviço em todos os meses.

Agora, como acontece na iniciativa privada, os magistrados informarão em que data

## Resolução do TJ-PR estabelece regras mais rígidas relacionadas às férias dos magistrados.

pretendem tirar férias e será montada uma escala de forma a evitar que qualquer comarca fique com menos de 50% da força de trabalho. Para evitar que sempre os mesmos juizes e desembargadores consigam folgar nos meses mais desejados dezembro, janeiro, fevereiro e julho, haverá um sistema de rodízio.

### Fatiamento

A falta de organização também propiciava as condições para que alguns magistrados fatissem, de acordo com a vontade, o período de férias. No passado recente, embora já fosse exigida a justificativa de interesse público para interromper as férias, bastava o juiz ou desembargador manifestar a vontade que a concessão era automática.

Assim, ao contrário dos funcionários da iniciativa privada, que tiram férias em períodos sequenciais, como 20 dias direto, incluindo os finais de semana e feriados, alguns magistrados tiravam as folgas em períodos “picados”, por exemplo, de cinco dias cada, de segunda a sexta-feira. Assim, ganhavam, no mínimo, mais oito dias de férias (os quatro finais de semana do mês). Se aproveitados também os feriados, o período de 60 dias de férias por direito poderia chegar a quase 90.

A Gazeta do Povo consultou os diários oficiais em busca de informações sobre a manobra de interrupção de férias e encontrou centenas de casos em que os juizes e desembargadores fatiavam as férias por conveniência. A partir da resolução aprovada, a interrupção dependerá de autorização da presidência, sob justificativa declarada de interesse público. O período sequencial de férias também não pode exceder 30 dias diretos. E será obrigatório gozar o benefício a cada seis meses, sem poder acumular.

### Economia

A legislação estabelece que o contratante deve pagar o equivalente a até metade de salário como adicional de férias. A maior parte dos pagadores opta pela indenização de 1/3. Ou seja, quando a pessoa sai em férias, recebe o salário do mês acrescido de mais 33%. No TJ, a remuneração extra para magistrados era de meio salário.

Contudo, a regra para o pagamento também mudou, estabelecendo o adicional de 1/3. A medida começou a ser aplicada no final do ano passado e foi formalizada em resolução aprovada em abril, em votação do Órgão Especial do TJ-PR, quando os desembargadores aceitaram reduzir os valores que eles mesmos e outros mil colegas magistrados recebem.

**CONTINUA**

30 ABR 2019

# TRIBUNAL DO PARANÁ

## CONTINUAÇÃO

A estimativa é que sejam economizados R\$ 10 milhões ao ano somente com essa medida. Entre os meses de dezembro de 2018 e março de 2019 foram poupados R\$ 4 milhões. Para os demais servidores do Judiciário paranaense, a remuneração do adicional de férias continuará sendo equivalente a meio salário.

30 ABR 2019

# BEMPARANÁ

## **Abi foragido**

No Líbano desde setembro do ano passado, quando foi solto por decisão do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), o empresário Luiz Abi Antou, primo do ex-governador Beto Richa (PSDB) pode entrar na lista de procurados da Interpol, a polícia internacional. O juiz Paulo Sérgio Ribeiro, da 23.ª Vara Federal de Curitiba, responsável pela Operação Integração, pediu que o Ministério Público Federal (MPF) se manifeste sobre o assunto. Na última sexta-feira (26), oficiais de Justiça, procuraram por Abi em dois endereços em Londrina, no Norte do Paraná, embora seja sabido que o primo de Richa está no país do Oriente Médio. De acordo com a defesa, Abi teve problemas de saúde no Líbano, o que teria impedido seu retorno.

30 ABR 2019

# BEMPARANÁ

#OAB-PR

## ‘Escola Sem Partido é inconstitucional’

Um parecer aprovado pelo Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná (OAB-PR) aponta que o projeto ‘Escola Sem Partido’, que tramita na Assembleia Legislativa, na Câmara de Curitiba, e outras câmaras no Estado, é inconstitucional. Aprovado na última sexta-feira, esse é o primeiro parecer de colegiado máximo da OAB sobre esse tema no país. Formado 52 conselheiros estaduais, o pleno de advogados aprovou por unanimidade o relatório do conselheiro Anderson Rodrigues. Segundo ele, o relatório apresentou os pontos como a violação da liberdade de cátedra, que é liberdade acadêmica de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

“Entendemos pela inconstitucionalidade do projeto de lei, vislumbrando questões como a liberdade de cátedra, a proteção de direitos constitucionais consagrados em tratados internacionais que esse projeto de lei possa violar. Dentro disso, a OAB vai se colocar vigilante tanto nos processos legislativos em andamento, como também caso seja aprovado para tomar medida cabível para evitar um dano maior à sociedade”, afirma.

Entre os pontos questionados pelo parecer está o que seria um “vício de origem”, uma vez que gera custos para o Estado sem a devida previsão orçamentária. No Paraná, seria necessário confeccionar mais de 120 mil cartazes, além de manter um estoque para reposição.

30 ABR 2019

# BEMPARANÁ

## Governo recua e admite possibilidade de reajuste

Comissão foi criada para elaborar proposta. Sindicatos descartam greve em maio

Narley Resende

Como resultado da reunião entre lideranças sindicais e integrantes do governo ontem (29), foi criada uma comissão para retomar as discussões sobre o descongelamento de salários de servidores públicos estaduais do Paraná. O governo, que até agora sinalizava por manter o congelamento, cedeu aos servidores a partir de amanhã (1º), data-base do funcionalismo, as perdas chegaram a 17% dos salários que deixaram de ser corrigidos pela inflação desde 2016.

A reunião realizada no Palácio Iguazu foi conduzida pelo vice-governador Darci Piana. Segundo ele, a comissão será formada por cinco membros do Fórum das Entidades Sindicais (FES), técnicos das secretarias da Fazenda e da Administração, representantes da governadoria e deputados estaduais. “Foi restabelecido o diálogo. O Estado tem dificuldade para cumprir com aqueles compromissos que já estão atrasados, 2017 e 2018, e mais a data-base de agora. Então, foi estabelecida uma comissão, que vai tratar desses assuntos para resolver isso ao longo do mês de maio para que a gente possa encontrar uma saída”, afirma o vice-governador.

A comissão, que se reunirá nesta terça-feira (30) à tarde pela primeira vez, deve elaborar ao longo do mês uma proposta em comum acordo por reajuste. Por enquanto, os cerca de 20 sindicatos envolvidos decidiram não marcar assembleias para maio. A intenção é aguardar o resultado da retomada de negociação.

“Saímos do zero, pelo menos. O governo anunciou que vai retomar a discussão e admitiu que é possível uma correção ainda neste ano”, afirma o secretário de Comunicação da APP-



Ato também lembrou 29/04/15

-Sindicato, Luiz Fernando Rodrigues.

Os professores, categoria mais numerosa do funcionalismo estadual, têm assembleia marcada para junho, quando devem analisar proposta do governo. Entre reivindicações diversas, de mais de 10 sindicatos, a principal é o descongelamento dos salários para a menos um reajuste de 4,8% neste ano, referente a inflação de 12 meses, e uma negociação em relação ao passivo dos 11,53% restantes dos anos em que os salários não foram corrigidos.

Darci Piana afirma que uma alternativa seria parcelar a recomposição atrasada. “É possível. A comissão é quem vai decidir. O Estado vai apresentar suas condições financeiras, vai fazer as contas de quanto é os nossos compromissos em atraso, quanto é a possibilidade de juntar a data-base e fazer uma abertura alguns anos para frente, mas temos um problema seríssimo que é o cumprimento da nossa lei que não permite que a gente ultrapasse o limite estabelecido pelo governo federal”, ponderou.

De acordo com o vice-governador, há outros atrasos que devem entrar na conta. “Passa-se a discutir toda essa questão que não é apenas a data-base. São os compromissos dos dois

### RÁPIDA

#### Paralisação reuniu 10 mil

Uma manifestação que antecedeu a reunião nesta segunda reuniu cerca de 10 mil pessoas em Curitiba, segundo sindicatos, e 7 mil, segundo a Polícia Militar (PM). Além de pressionar pelo reajuste, o ato também lembra a manifestação de servidores em 2015, na mesma data, em que 200 pessoas ficaram feridas após um ação da PM contra funcionários públicos que protestavam contra mudanças na previdência.

anos atrasados, o quinquênio, temos promoções que não foram concedidas, temos abonos que não foram concedidos, quer dizer, são volumes financeiros extraordinariamente grandes.”, afirma.

O governo também condiciona um acordo a o que pode acontecer com a votação da reforma da previdência proposta pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) no Congresso Nacional. “O governo vai parcelar esse reajuste dentro da medida das finanças, dentro da economia que pode ser boa se aprovar a questão da previdência. O Estado e o País vai depender muito ainda do que vai acontecer na votação da previdência (no Congresso Nacional)”, afirma Darci Piana. Nesta segunda, uma passeata foi realizada pelo centro da cidade. O ato terminou por volta das 14 horas no Centro Cívico. Professores e outras categorias pararam atividades nesta segunda. De acordo com um levantamento da Secretaria de Educação, a paralisação atingiu pouco mais metade das escolas estaduais do Paraná. Segundo dados da secretaria, apenas 44% das escolas da rede estadual de ensino funcionaram normalmente nesta segunda-feira, outras 46% funcionaram parcialmente e 7% estiveram fechadas.

# O ESTADO DE S. PAULO

# Ministro do

# TCU atua

# para mulher

# ir ao STF

30 ABR 2019

## Barreira

Em quatro meses de governo, o Supremo Tribunal Federal já foi acionado ao menos 25 vezes para barrar medidas do Palácio do Planalto, de acordo com levantamento feito pelo 'Estado'.

### Movimento de Walton Rodrigues em favor de Isabel Gallotti incomoda magistrados

Rafael Moraes Moura  
Vera Rosa / BRASÍLIA

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Walton Alencar Rodrigues atua nos bastidores para emplacar a magistrada Isabel Gallotti, com quem é casado, na próxima vaga do Supremo Tribunal Federal (STF). Os movimentos de Rodrigues são discretos, mas já observados por integrantes da Corte. No sábado, ele ofereceu um almoço para comemorar o seu aniversário e convidou o presidente Jair Bolsonaro, que, a partir do ano que vem, terá direito de indicar dois nomes para o STF.

Foi Rodrigues quem indicou a Bolsonaro, na transição de 2018, o técnico Tarcísio Gomes de Freitas, sob o argumento de que ele faria o governo "dar certo". Freitas foi nomeado ministro da Infraestrutura, após ter sido diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) na gestão da petista Dilma Rousseff e secretário do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) na administração de Michel Temer.

Na festa de sábado, o presidente passou boa parte do tempo conversando com Octávio Gallotti, pai de Isabel, que é ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Octávio presidiu

o Supremo de 1993 a 1995. Descontraído, Bolsonaro se serviu de tambaqui vindo do Amazonas e também aproveitou a comemoração para se reaproximar do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Entre as várias autoridades presentes na casa de Rodrigues – que tem prestígio nos três Poderes –, estavam ainda o subprocurador-geral da República Paulo Gonet e Ives Gandra Martins Filho, ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e outro potencial candidato a uma cadeira no Supremo.

**Aposentadoria.** Na Corte, os ministros Celso de Mello e Marco Aurélio Mello se aposentam, respectivamente, em novembro de 2020 e julho de 2021. Ex-juiz da Lava Jato, o titular da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, também é cotado para assumir uma das vagas. Bolsonaro ainda não tomou uma decisão, mas, a portas fechadas, sempre diz ser agradecido a Rodrigues pela indicação de Freitas, um dos nomes que têm se sobressaído no governo, e de Adalberto Vasconcelos, atual secretário do PPI.

Isabel chegou ao STJ em agosto de 2010, por escolha do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, hoje condenado e preso na Lava Jato. Ela pertence a uma linhagem familiar com tradição no Supremo: além de fi-

lha de Octávio, a magistrada também é neta de Luiz Gallotti. O pai foi nomeado para o posto pelo general João Baptista Figueiredo e o avô, por Eurico Gaspar Dutra.

Dona de perfil detalhista, técnico e conservador, Isabel é respeitada por seus pares no STJ, mas as articulações de seu marido têm incomodado integrantes do tribunal. Em conversas reservadas, magistrados dizem que Bolsonaro afirma rejeitar a velha política, mas sinaliza um pacto com a "velha Justiça", em uma referência à dinastia Gallotti.

Em fevereiro, o Estado revelou que Isabel entrou na mira da Receita Federal em uma apuração sobre indícios de irregularidades tributárias. Na ocasião, ela afirmou que a variação patrimonial era compatível com herança recebida da mãe, em 2014.

"A simples cautela de verificar minha declaração teria evitado esse constrangimento", disse ela, à época. O Fisco informou em nota, depois, que a ministra foi "objeto de análise técnica e impessoal e a conclusão dos auditores fiscais é de que os indícios originalmente apontados não se confirmaram, razão pela qual os procedimentos de fiscalização não foram instaurados".

Rodrigues também se movimentou no governo Dilma para tentar emplacar Isabel na vaga aberta no Supremo, em 2014, com a saída de Joaquim Barbosa da Corte. Ela não conseguiu o posto, mas a presidente indicou o irmão dele, Douglas Alencar Rodrigues, para o cargo de ministro do TST. Procurado, Rodrigues não quis se manifestar. Isabel também não se pronunciou. "Não tenho nada a declarar", afirmou ela.

30 ABR 2019

# O ESTADO DE S. PAULO

## Michel Temer vira réu no caso do Decreto dos Portos

Ex-presidente é acusado de favorecer empresas em troca de 'vantagens indevidas'; emedebista é alvo de 5 ações penais

*Fausto Macedo  
Julia Affonso  
Luiz Vassallo*

A Justiça Federal em Brasília aceitou a denúncia e o ex-presidente Michel Temer (MDB) virou réu no caso do Decreto dos Portos. O emedebista havia sido acusado formalmente pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge, em dezembro, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro na investigação que apura se houve favorecimento a empresas do setor portuário na edição de um decreto de 2017 pelo emedebista.

Temer agora é réu em cinco ações penais. O ex-presidente responde a processos perante a Justiça Federal em Brasília, em São Paulo e no Rio.

Além de Temer, foram denunciados no caso dos Portos João Baptista Lima Filho, o coronel Lima, um sócio de Lima, o ex-deputado Rodrigo Rocha Loures (MDB-PR) e dois empresários ligados à empresa Rodrimar. A força-tarefa da Operação Greenfield ratificou no dia 15 de abril a denúncia de Raquel.

Segundo a acusação, Temer recebeu vantagens indevidas e a "edição do Decreto dos Portos é o ato de ofício mais recente identificado na sequência de tratativas ilícitas que perduram há décadas". "As investigações revelaram que as tratativas entre Michel Temer e executivos do Grupo Rodrimar não eram pontuais nem recentes. Havia uma relação de confiança, própria da prática sistêmica de esquemas sofisticados de corrupção, resultando daí que a função pública estava sempre à dis-

posição, sendo que os delitos se renovavam ao longo do tempo a cada contato (promessa de vantagem, com a correlata aceitação)", informou a denúncia.

A Procuradoria diz que Temer e o coronel Lima, "atuando de modo concertado e em unidade de desígnios, ocultaram valores de pelo menos R\$ 32 milhões provenientes diretamente de crimes contra a administração pública praticados por membros de organização criminosa por meio de empresas de fachada". De acordo com a denúncia, o ex-presidente "está no epicentro deste sistema criminoso, porque é o agente político com poderio suficiente para obter benefícios para os empresários do setor portuário".

Na denúncia, a Procuradoria afirma que "os elementos de prova colhidos indicam que a estrutura da empresa Argeplan serve para captar recursos ilícitos, inclusive do nicho econômico do setor portuário, destinados a Michel Temer".

**Defesas.** Em nota, o advogado Eduardo Carnelós, defensor de Temer, afirmou se tratar de "mais uma acusação absurda, sem amparo na prova dos autos" e as acusações, "infundadas". O advogado Maurício Silva Leite, que defende o coronel Lima, afirmou que se manifestará nos autos, "oportuna oportunidade em que ficará demonstrada a inocência do acusado e a completa imprestabilidade da denúncia".

A Rodrimar disse que os empresários denunciados foram afastados da empresa há mais de um ano. A defesa de Rocha Loures não foi localizada.

30 ABR 2019

## O ESTADO DE S. PAULO

### Lula, o incorrigível

**A** entrevista que o ex-presidente e presidiário Lula da Silva concedeu na semana passada põe em dúvida a capacidade do sistema prisional de ressocializar os detentos. Pois o chefão petista, mesmo depois de um ano na cadeia, deu todos os sinais de que continua o mesmo: além de não reconhecer os crimes que cometeu, julgando-se um preso político, Lula não foi capaz de admitir nem sequer a participação da fina flor do lulopetismo nos maiores escândalos de corrupção da história brasileira, assim como não admitiu o envolvimento ativo do PT na ruína econômica, política e moral do País. Ou seja, é o Lula de sempre.

Na entrevista, dada aos jornais *Folha de S. Paulo* e *El País*, Lula, quando questionado sobre a corrupção petista, respondeu: “Ela (*a corrupção*) pode ter havido”. Isso significa que, para o ex-presidente, a condenação de alguns dos principais dirigentes petistas (inclusive do próprio Lula), de vários tesoureiros do partido e de diversos políticos que de uma forma ou de outra estavam ligados a governos petistas não é suficiente para caracterizar a corrupção petista. É difícil imaginar o que mais seria necessário para que o líder máximo do PT finalmente admitisse os crimes cometidos por ele e seus correligionários – primeiro passo para provar sua regeneração.

Mas Lula ainda acha que é

preciso uma “prova” e que ele seja julgado “em função das provas”. É como se os oito juízes que já o julgaram e o condenaram por unanimidade até agora, em três instâncias judiciais, fossem todos despreparados ou, pior, mancomunados para prejudicá-lo e, por extensão, aos pobres do País. Para Lula, aliás, a “farsa” de seu processo foi “montada no Departamento de Justiça dos Estados Unidos”. Com o passar do tempo, a narrativa lulopetista para as agruras do demiurgo de Garanhuns vai adquirindo contornos de fábula – ainda mais quando Lula diz que “combater a corrupção é uma marca do PT”.

Lula tampouco aceita fazer qualquer reflexão sobre seus erros e os do PT, que custaram o isolamento do partido mesmo entre as esquerdas. Ao contrário: o único “erro grave” que o ex-presidente admite ter cometido foi o de não ter feito “a regulamentação dos meios de comunicação” quando esteve no governo. Em português simples, se a imprensa tivesse sido “regulada” – um eufemismo nada sutil para censura e pressão –, Lula e seu partido não estariam sofrendo todos esses dissabores.

Para Lula, é preciso “fazer uma autocrítica geral neste país”, em razão “do que aconteceu em 2018 na eleição” – ou seja, quem precisa refletir sobre seus erros é o eleitor brasileiro, e não o PT. “O que não pode é este país estar governado por esse bando de maluco”, disse o ex-presidente – o mes-

mo que legou ao Brasil um desastre chamado Dilma Rousseff, responsável por dois anos de recessão e pelo colapso das contas públicas, e o mesmo que entregou o patrimônio nacional a quadrilhas de corruptos e a empresários desonestos.

Lula e o PT ainda são forças políticas consideráveis e poderiam ser importantes para a construção de uma oposição forte e atuante ao governo de Jair Bolsonaro, algo que é essencial ao bom funcionamento da democracia. Mas a irresponsabilidade e o espírito autoritário do lulopetismo impedem que o ex-presidente e seus devotos aceitem a democracia quando esta não lhes favorece – seja na forma do voto na urna, seja na forma de uma condenação judicial, mesmo que, em ambos os casos, tenham sido respeitados todos os trâmites estabelecidos na lei.

Ao mesmo tempo que diz respeitar “o voto do povo” e que “o povo não é bom só quando vota em mim”, Lula colocou a eleição em dúvida ao dizer que foi “atípica”, pela “quantidade de mentiras” disseminadas pelos adversários – como se os petistas não usassem essas mesmas armas, desde sempre. Para Lula, que fez sua carreira dividindo o País entre “nós” e “eles”, nunca se viu “o povo com tanto ódio nas ruas”.

Assim, Lula continua a apostar na polarização – a mesma estratégia da militância que sustenta o presidente Bolsonaro. Ou seja, os dois extremos ganham, enquanto o País perde.

30 ABR 2019

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# STF decidirá se é válida prova obtida com violação de correspondência

O Supremo Tribunal Federal (STF) deverá decidir se evidências obtidas mediante a abertura de correspondência postada nos Correios servem como prova em processos criminais, mesmo diante da violação do sigilo postal assegurado pela Constituição.

Na semana passada, os ministros aprovaram a repercussão geral de um caso que tramita no STF sobre o assunto. Isso quer dizer que a resolução desse processo servirá como parâmetro para todos os outros questionamentos do tipo na Justiça brasileira.

No caso específico, o processo que será julgado no Supremo diz respeito a um Policial Militar do Paraná que, no horário de expediente, tentou enviar pelo serviço expresso conhecido como Sedex uma caixa com 36 frascos de uma substância líquida transparente.

Após verificação, constatou-se tratar-se de ácido gama-hidroxitúrico, substância vulgarmente conhecida como "Boa Noite, Cinderela", um psicotrópico de circulação proibida, e também de cetamina, um anestésico.

O juiz do Conselho Permanente da Justiça Militar da Comarca de Curitiba condenou o policial a três anos de reclusão, em regime inicial aberto, substituídos por penas restritivas de direitos, pelo crime de tráfico de drogas cometido por policial em serviço. Em seguida, ele apelou contra a condenação.

No recurso, o policial alegou que a prova contra foi obtida de modo ilegal, uma vez que a caixa foi aberta sem ordem judicial, ferindo o princípio da inviolabilidade da correspondência previsto na Constituição. O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) negou a apelação, por considerar que não houve violação da intimidade e que o sigilo sobre a correspondência não pode servir para legitimar crimes.

30 ABR 2019

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### **PR: Mais de dez mil crianças e adolescentes são beneficiados em campanha**

Contando com a participação de 280 cartórios do Paraná, a primeira edição da Campanha Natal Inteligente finalizou sua arrecadação com 49.718 mil itens doados, entre brinquedos (9.957) e material escolar (39.761 mil), beneficiando 10.423 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social em todo estado. A idealização da campanha foi da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR), em parceria com o Serviço Social do Comércio (Sesc PR).

Durante o período de arrecadação, que foi de novembro de 2018 a 31 de janeiro de 2019, os tabelionatos e registros, de mais de 130 municípios do estado, receberam brinquedos novos, seminovos e usados (todos em boas condições de uso) e materiais escolares, como cadernos, lápis, canetas, borrachas, colas, estojos, mochilas, giz de cera, canetinha e livros literários.

30 ABR 2019

FOLHA DE S. PAULO

## Palavras do cárcere

**Em entrevista, Lula evita autocrítica e repete tese persecutória; refém de mitologia, PT terá dificuldade até para se aproveitar do desgaste de Bolsonaro**

Em sua primeira entrevista desde que foi preso há um ano, concedida a esta Folha e ao jornal El País, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) qualificou de modo um tanto tosco as forças atualmente instaladas no Palácio do Planalto.

A frase de Lula —“O que não pode é esse país estar governado por esse bando de maluco”— reflete, por óbvio, a perplexidade do mundo partidário tradicional com a ascensão de Jair Bolsonaro, abrigado no antes minúsculo e hoje desconexo PSL, cercado de generais reservistas em conflito com militantes de teorias da conspiração.

Tratando-se do PT, vencedor das quatro disputas presidenciais anteriores, o baque parece particularmente desconcertante. O habitual desembaraço retórico de seu líder não produziu uma análise lúcida dos motivos da derrocada, muito menos deixou ver um esboço de agenda alternativa viável.

O ex-presidente deu inequívoca demonstração de poderio eleitoral em 2018, quando, mesmo encarcerado em Curitiba, levou seu candidato ao segundo turno e ajudou a formar uma bancada ainda expressiva na Câmara dos Deputados.

Ao mesmo tempo, o pleito escancarou a rejeição veemente a Lula e sua legenda em setores ainda mais amplos da sociedade —seja pelos escândalos de corrupção, seja pela catástrofe econômica da qual o país até hoje não se recuperou.

Ao abordar o tema, o cacique petista ora menciona a satanização da política em geral, um fenôme-

no inegável, ora recorre às velhas fantasias persecutórias envolvendo imprensa, polícia, Ministério Público, Poder Judiciário e, não menos importante, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos.

A título de autocrítica, por sinal, não faz mais do que se lamentar por não ter promovido a famigerada regulamentação da mídia, uma bandeira carcomida de alas autoritárias de seu partido.

O discurso rançoso se repete na crítica à reforma das aposentadorias, como se ele e sua sucessora, Dilma Rousseff, não tivessem feito incursões meritórias, ainda que insuficientes, nessa seara. De modo falacioso, para dizer o mínimo, gaba-se de que a Previdência era superavitária em seu governo devido à geração de empregos formais.

Que o condenado e inelegível Lula proclame inocência e defenda seu legado, real ou imaginário, compreende-se. Grave, para a sanidade do debate político nacional, é que o PT se mantenha, com boa parte de seus satélites à esquerda, preso a uma mitologia.

A recusa em reconhecer os enormes erros morais e econômicos de suas gestões autoriza a leitura de que voltaria a cometê-los. Ao prometer o retorno à prosperidade dos anos lulistas, resultado de circunstâncias domésticas e internacionais peculiares, o partido está fadado ao estelionato eleitoral.

Sem oxigenar discurso e prática, nem mesmo estará bem posicionado para se aproveitar dos desgastes do insólito governo Bolsonaro.

30 ABR 2019

FOLHA DE S. PAULO

# Porta-voz diz que presidente manterá Coaf sob controle de Moro

Gustavo Uribe e  
Talita Fernandes

BRASÍLIA O porta-voz da Presidência da República, Otávio Rêgo Barros, afirmou nesta segunda-feira (29) que a decisão do presidente Jair Bolsonaro é, por enquanto, manter o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) sob a responsabilidade do Ministério da Justiça.

No domingo (28), o presidente disse que há negociações para que a estrutura de controle volte para o Ministério da Fazenda, uma reivindicação de congressistas para aprovar a medida provisória da reestruturação do governo federal, que caduca no início de junho.

Com a possibilidade de mudança, o ministro da Justiça, Sergio Moro, usou as redes sociais no fim de semana para defender a permanência do Coaf em sua pasta. A mudança do conselho de lugar é criticada por especialistas, que alegaram, entre outras razões, uma maior fragilidade na segurança de dados sigilosos.

“O senhor presidente pediu para confirmar que, do ponto de vista pessoal dele neste momento, o Coaf permanece sob a égide do Ministério da Justiça”, disse o porta-voz.

“Estudos prosseguem no sentido de analisar se esta decisão inicial do nosso presidente deve ser referendada ou eventualmente retificada”, acrescentou.

Barros disse que, por conta da “exiguidade do tempo”, é necessário que a medida provisória seja aprovada “o mais pronto possível”. Se Bolsonaro não conseguir apoio parlamentar para aprová-la, terá que retomar o formato de governo que herdou de Michel Temer.

Na quinta-feira (25), Bolsonaro já havia dito que não se opunha em fazer a mudança do Coaf em troca do apoio de congressistas à medida provisória. A iniciativa, entre outras alterações, reduziu de 29 para 22 o tal de pastas na Esplanada dos Ministérios.

No sábado (27), o ministro da Justiça publicou uma sequência de oito textos defendendo que o Coaf permaneça sob o seu comando. “Há discussão no Congresso para ele voltar para a Economia. Respeitosamente, não é o melhor. O min. Guedes não quer. Qualquer decisão será, por óbvio, respeitada, mas estamos conversando com os parlamentares para mantê-lo. No combate ao crime, integração é a chave.”

Nas publicações seguintes Moro disse que o Coaf “estava meio esquecido no governo anterior, no Ministério da Fazenda” e com a troca ele ficou fortalecido. “Com a junção de Justiça com Segurança, sobraram alguns cargos. Transferimos ao Coaf”, publicou Moro.

“Tinha 37 efetivos, o plano é ter 65 até o final do ano. Criamos um setor específico dedicado a atender o investigador, MP (Ministério Público) ou policial, da ponta, com informações estratégicas.”

O ministro disse, em seu Twitter, que está incentivando a integração do Coaf com Ministérios Públicos Federais, Polícia Federal e polícias estaduais. O conselho teve papel importante em investigações como a Operação Lava Jato, já que elenca informações sobre movimentações financeiras atípicas.

A mudança do conselho de lugar foi criticada por parlamentares e especialistas, que alegaram, entre outras razões, uma maior fragilidade na segurança de dados sigilosos.

Moro publicou que está incentivando o sigilo de dados.

30 ABR 2019

# FOLHA DE S. PAULO

## PAINEL

### Que rei sou eu?

No sábado (27), durante almoço na casa do ministro Walton Alencar, do TCU, Jair Bolsonaro deu pistas de como deve conduzir a sucessão de Raquel Dodge. O presidente puxou o tema ao fazer perguntas sobre a lista tríplice para a PGR e disparou, aos risos: "Só uma coisa é certa: quem estiver na lista não será". Os demais entenderam que se tratava de brincadeira, e então ele emendou: "Vale o que eu dizia lá atrás... O que quero de um procurador-geral é que respeite o artigo 53 da Constituição".

**MEIA PALAVRA BASTA** O dispositivo citado por Bolsonaro estabelece que deputados e senadores são "invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos". Em 2018, quando o presidente ainda era parlamentar, Dodge o denunciou ao STF por crime de racismo.

**ÊS-MEAQUI** Em campanha, o subprocurador Augusto Aras levou seu currículo ao general Santos Cruz (Secretaria de Governo) e falou sobre suas bandeiras. "Proponho maior diálogo entre os Poderes para a preservação do interesse nacional e público de forma desideologizada e sem radicalismos", disse.

**AO PORTADOR** Segundo Aras, o ministro se comprometeu a levar seu nome a Bolsonaro.

**POR FORA** Outros pré-candidatos ao posto de Dodge manifestam incômodo com os atos de Aras. As críticas se devem ao fato de que ele já indicou que não vai participar da eleição interna da lista tríplice.

## MÔNICA BERGAMO

**PORTAS ADEGATAS** O secretário de Justiça do Piauí, Daniel Oliveira, protocolou no Supremo Tribunal Federal (STF), nesta segunda-feira (29), pedido de habeas corpus para o ex-presidente Lula. Ele diz que não confirma nem desconfirma se a iniciativa foi endossada pelo governador Wellington Dias (PT).

**TEMPO** Segundo Oliveira, a redução da pena de 12 para 8 anos e dez meses definida no Superior Tribunal de Justiça (STJ), na semana passada, abre caminho para que o ex-presidente tenha o direito de ir para o regime semiaberto imediatamente.

## Temer, coronel e mais 4 viram réus no caso do decreto dos portos

**BRASÍLIA** O juiz Marcus Vinícius Reis Bastos, da 12ª Vara da Justiça Federal em Brasília, aceitou nesta segunda (29) denúncia contra o ex-presidente Michel Temer por, supostamente, aceitar propina para editar um decreto que favoreceu empresas do setor portuário.

Com a decisão, Temer passa à condição de réu e responderá pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Também se tornaram réus o coronel João Baptista Lima Filho, amigo dele, o ex-deputado Rodrigo Rocha Loures, que assessorou o ex-presidente, e três executivos do grupo Rodrimar, que atua no setor: Antônio Celso Grecco, Carlos Alberto Costa e Ricardo Mesquita.

A denúncia original foi apresentada pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge, em dezembro de 2018, quando Temer era presidente e tinha foro especial.

A defesa de Temer classificou a acusação de "absurda, sem amparo na prova dos autos". "Ao contrário: a Rodrimar, que teria sido beneficiada pelo decreto dos portos, não o foi!", afirmou, em nota, o advogado Eduardo Carnelós.

Os advogados de Lima informaram que só vão se manifestar sobre o caso depois de notificados. A Folha não localizou os demais réus.

30 ABR 2019

# JORNAL DO ÔNIBUS

“Excludente de ilicitude”

## Presidente quer “livrar” fazendeiro que atirar

O presidente Jair Bolsonaro defendeu ontem a isenção de punição ao proprietário rural que ferir um invasor. “Será encaminhado um projeto nosso à Câmara, vai dar o que falar, mas é uma maneira que nós temos de ajudar a combater a violência no campo, é fazer com que ao defender a sua propriedade privada ou a sua vida, o cidadão de bem entre no excludente de ilicitude. Ou seja, ele responde, mas não tem punição. É a forma que nós temos que proceder para que o outro lado, que teima em desrespeitar a lei, tema vocês, tema o cidadão de bem, e não o contrário.”

Durante o discurso, Bolsonaro afirmou que “a propriedade privada é sagrada e ponto final”. Ele citou que esteve reunido no domingo (28) com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), e que, na próxima semana, será colocada em pauta a discussão de um projeto de lei para permitir ao produtor rural utilizar armas em todo o perímetro da propriedade. O chefe do Executivo federal voltou a defender uma “segurança jurídica no campo”. Segundo ele, a reforma agrária não terá “viés ideológico” no governo dele. ■

**METRO 30 ABR 2019**

# **Temer vira réu por corrupção no caso dos portos**

O ex-presidente Michel Temer virou réu ontem pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O juiz Marcus Vinícius Reis Bastos, da 12ª Vara da Justiça Federal em Brasília, aceitou a denúncia no inquérito dos portos feita em dezembro do ano passado pela PGR (Procuradoria-Geral da República).

Além de Temer, também responderão criminalmente João Batista Lima, o coronel Lima; Carlos Alberto Costa, sócio do coronel; o ex-deputado Rodrigo Rocha Loures e os empresários Antônio Grecco e Ricardo Mesquita.

Temer e seu grupo político são acusados de receber R\$ 32 milhões em propina para favorecer a empresa Rodrimar, que atuava no Porto de Santos. O decreto ampliou a vigência de contratos por até 70 anos.

Em nota, a defesa de Temer considera a denúncia "absurda". "Trata-se de mais uma acusação absurda, sem amparo na prova dos autos", escreveu o advogado Eduardo Carnelós.

Agora, o ex-presidente é réu em quatro processos.

Os procuradores querem o compartilhamento de informações de investigações contra Temer que ainda estão em curso das Operações Sépsis, 'Cui Bono?' e Patmos.

MOS. © METRO BRASÍLIA